

Sindicato denuncia terceirização do Laboratório Municipal ao MPT (PAG. 8)



Negociações salariais
na região de Piracicaba
(pag. 4 e 5)



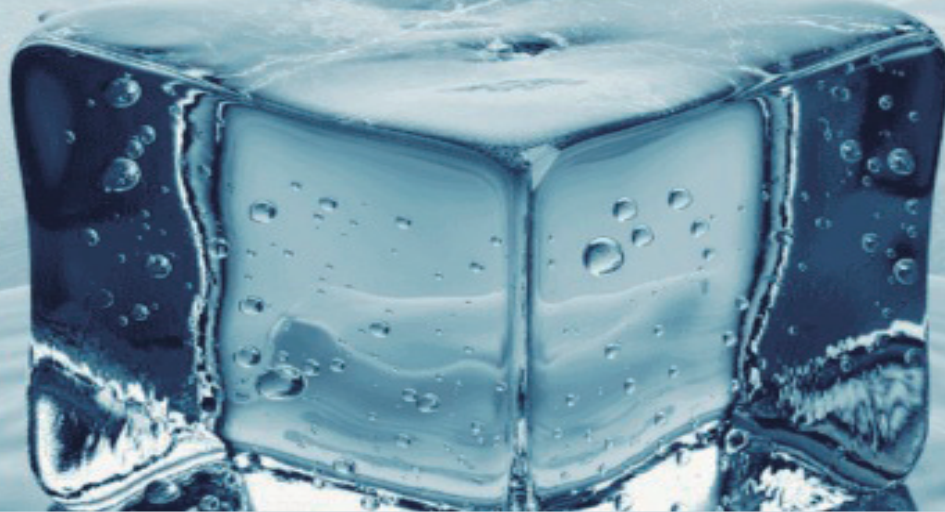
O Sindicato dos Municipais apresentou denúncia ao Ministério Público do Trabalho, questionando o processo de terceirização do Laboratório Municipal de Piracicaba.

Somos Todos Servidores

"Quem não se movimenta, não sente as cadeias que os prendem" (Rosa Luxemburgo)

Servidores Municipais de Piracicaba, São Pedro, Águas de São Pedro, Saltinho e Charqueada - São Paulo - Maio de 2026.

DESCONGELA



Vitória do Sindicato assegura descongelamento

Atendendo às dúvidas dos servidores municipais após a publicação do Decreto nº 21.194, que garantiu o descongelamento dos benefícios e progressão que ficaram congelados na pandemia, a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Piracicaba elaborou um requerimento específico para auxiliar na identificação da referência atribuída pela Prefeitura após o decreto.

O requerimento deve ser preenchido e protocolado no sistema Sem Papel, para que cada NAA realize a revisão da referência atribuída a cada servidor após a atualização determinada pelo decreto, publicado em 29 de abril de 2026.

Conforme já informado pela diretoria do Sindicato, o prefeito Hélio Zanatta

atendeu à reivindicação da entidade e publicou, no dia 29 de abril, no DOU (Diário Oficial do Município de Piracicaba), o decreto que garante o descongelamento dos benefícios dos servidores públicos municipais, suspensos durante o período da pandemia.

Trata-se do Decreto nº 21.194, de 29 de abril de 2026, que dispõe sobre o cumprimento do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 226, de 12 de janeiro de 2026, que prevê o cômputo do período compreendido entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021 para a finalidade nele especificada. Esse decreto sobre o "descongela" retroage seus efeitos funcionais e remuneratórios a partir de 1º de abril de 2026.

Mobilização fez a diferença

A conquista do "Descongela" reforça o papel fundamental do Sindicato como representante legítimo dos servidores municipais. Foi a partir da escuta da base, das assembleias e da organização coletiva que a pauta ganhou força e chegou à mesa de negociação com consistência.

Além disso, o tema teve papel decisivo no cenário das negociações deste ano. A diretoria do Sindicato destaca que seguirá vigilante na implementação do decreto, garantindo que todos os servidores tenham seus direitos respeitados e que nenhuma

irregularidade ocorra no processo de revisão.

Mais do que uma medida administrativa, o "Descongela" simboliza uma vitória coletiva construída com participação, união e luta e reafirma a importância da organização sindical na defesa dos direitos do funcionalismo público.

A expectativa agora é que, com a continuidade da mobilização e da atuação firme do Sindicato, novos avanços possam ser conquistados ao longo do ano, especialmente no que diz respeito ao pagamento dos valores retroativos e à valorização contínua da categoria.

Acesse o requerimento no site do Sindicato:
www.smunicipais.org.br

Lamentável processo de terceirização em Piracicaba

A terceirização em Piracicaba teve início na década de 1970, com a concessão da coleta de lixo urbano, e se expandiu ao longo dos anos. Atualmente, mais de 30% dos serviços públicos do município já são terceirizados.

Embora esse modelo tenha se consolidado como instrumento de gestão voltado à eficiência, flexibilidade e racionalização de recursos, consiste na contratação de empresas privadas para executar atividades acessórias, como limpeza, vigilância e apoio administrativo. No entanto, observa-se a ampliação indevida desse modelo para áreas sensíveis e típicas do Estado, o que levanta questionamentos sobre seus limites jurídicos e impactos institucionais.

Um dos principais argumentos favoráveis é a redução de custos. Contudo, essa premissa frequentemente se mostra frágil diante de encargos decorrentes de condenações na Justiça do Trabalho, sobretudo quando há responsabilização da Administração pelo descumprimento de obrigações trabalhistas por parte das empresas contratadas. A terceirização também busca evitar encargos próprios

da contratação de servidores, como estabilidade e obrigações previdenciárias, além de permitir maior agilidade na reposição de mão de obra. Entretanto, tais vantagens muitas vezes são apenas aparentes, resultando, a longo prazo, em serviços de menor qualidade e aumento de gastos, contrariando os princípios da eficiência e economicidade.

No plano social, os impactos são significativos. Trabalhadores terceirizados geralmente enfrentam salários mais baixos, maior precarização e alta rotatividade. Esse cenário compromete a continuidade e a qualidade dos serviços, afetando diretamente a população.

Diante disso, o Sindicato dos Trabalhadores Municipais posiciona-se contra a ampliação da terceirização, especialmente em áreas essenciais como a saúde e educação. Os efeitos negativos já observados evidenciam os riscos do uso indiscriminado desse modelo. Outro ponto crítico é a fiscalização dos contratos. Cabe à Administração garantir o cumprimento das obrigações legais pelas empresas contratadas. Falhas nesse controle podem resultar em inadimplência trabalhista, interrupção de

serviços e até desvios de recursos, violando princípios como legalidade e eficiência.

Além disso, a ampliação da terceirização pode enfraquecer a capacidade institucional do Estado. A transferência contínua de atividades ao setor privado reduz o quadro de servidores efetivos e provoca perda de conhecimento técnico, comprometendo a continuidade das políticas públicas.

Assim, a terceirização deve ser adotada com cautela, com critérios rigorosos de legalidade, planejamento e controle. Embora possa contribuir para a gestão administrativa, seu uso inadequado compromete o interesse público.

Nas últimas gestões municipais de Piracicaba, observa-se a expansão desse modelo, com impactos negativos em áreas essenciais. Um exemplo é o Laboratório Municipal, cuja terceirização tem colocado servidores em segundo plano e comprometendo a qualidade do atendimento à população.

José Osmir Bertazzoni – Advogado, jornalista e escritor piracicabano

Sindicato cobra enquadramento de monitores e auxiliares de Ação Educativa no Magistério

O advogado e dirigente José Osmir Bertazzoni, utilizou a Tribuna Popular durante a 6ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Piracicaba para defender a aplicação da Lei nº 15.326/2026 e o enquadramento de monitores de creche e auxiliares de ação educativa no Plano de Carreira do Magistério da rede municipal.

Durante a manifestação, Bertazzoni destacou que a Lei nº 15.326/2026, sancionada neste ano, reconhece oficialmente os profissionais da Educação Infantil como integrantes do magistério. Segundo ele, a norma consolida juridicamente uma realidade já vivenciada nas unidades escolares: o caráter indissociável entre cuidar, brincar e educar no desenvolvimento integral das crianças.

Os monitores e auxiliares cumprem jornada de 40 horas semanais integralmente dedicadas ao

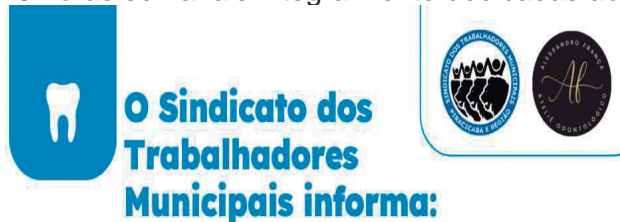
ambiente da sala de aula e exercem funções que vão além de atividades operacionais ou administrativas. “Cada gesto de cuidado é também um ato pedagógico”, afirmou Bertazzoni, ao reforçar que esses profissionais participam ativamente do processo de ensino aprendizagem.

Outro ponto destacado foi o período diário em que permanecem sozinhos com as crianças durante o horário de estudo do professor regente, cerca de 15 a 48 minutos, exercendo, na prática, a regência da turma. “Essa realidade evidencia a natureza pedagógica da função e caracteriza uma docência compartilhada no âmbito da Educação Infantil”, disse.

Apesar da complexidade das atribuições e da carga horária extensa, Bertazzoni afirmou que a remuneração desses trabalhadores permanece

entre as menores referências da tabela salarial, o que classificou como uma incongruência entre a relevância da função e o enquadramento atual. Com base na Lei nº 15.326/2026, a diretoria do Sindicato defende o enquadramento dos monitores de creche e auxiliares de ação educativa no Plano de Carreira do Magistério, além da destinação de parte da jornada para estudo, planejamento e formação continuada, nos mesmos moldes garantidos aos demais profissionais do magistério.

A Comissão dos Auxiliares e Monitores de Creche, estiveram presentes com a manifestação intitulada “Carta Aberta à Sociedade”, reforçando o pedido de reconhecimento funcional e cumprimento da legislação vigente.



Atendimento odontológico com nova Clínica Credenciada pela Hapvida

Associados do Sindicato em São Pedro:
Alessandro França-Ateliê Odontológico

Cirurgia odontológica, endodontia, odontologia clínica e periodontia.

Rua Campos Sales, 920 - Santa Cruz, São Pedro - SP,
13520-000 - Whatsapp: (19) 98283-7771 (Atendimento exclusivo por mensagem pelo aplicativo)



Diretoria chama servidores para audiência pública sobre o laboratório municipal

A Câmara Municipal de Piracicaba aprovou a realização de uma audiência pública para discutir o funcionamento do laboratório municipal e os impactos relacionados aos serviços prestados à população. O debate que ocorrerá no dia 19 de maio, às 14h00 no Plenário da Casa Legislativa, deve reunir vereadores, representantes da saúde pública, servidores e moradores interessados no tema.

A diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Piracicaba informou que irá acompanhar a audiência, reforçando a importância da participação dos servidores neste momento de discussão sobre a estrutura e o atendimento do laboratório.

Segundo a entidade, o tema está diretamente ligado às condições de trabalho dos servidores e à qualidade do atendimento prestado à população. O sindicato também destacou que permanece ao lado do funcionalismo municipal e convidou os demais servidores que puderem participar da audiência pública, fortalecendo o debate e a defesa do serviço público.

Presidente Lula encaminha regulamentação do direito à negociação coletiva do setor público para o Congresso Nacional



Bertazzoni, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Juan Sonavia (Presidente da OIT) participaram da assinatura da Convenção 151 da OIT em Genebra.

Como poucos servidores sabem, a atuação dos sindicatos dos servidores públicos em todo território nacional ocorre apenas pela garra das diretorias sindicais e dos trabalhadores, pois desde a promulgação da Constituição de 1988 ocorrido há 38 anos a regulamentação das negociações coletivas no setor público ainda não ocorreu na nossa legislação, elas

existem graças a resiliência dos sindicatos.

No ano de 2014, durante o segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a conferência internacional do trabalho da OIT, onde o Advogado José Osmir Bertazzoni atuava como consultor jurídico junto a Organização Internacional do Trabalho em Genebra (Suíça), ele participou

como membro da Comissão Permanente de Normas, e foi quando o Brasil recepcionou a convenção 151 da OIT que trata deste tema, porém, anos se passaram e nada havia acontecido em termos de regulamentação no direito brasileiro.

Agora imbuído de muita coragem, em razão das dificuldades criadas pelas casas legislativas, o Presidente Lula encaminhou o projeto de lei (PL 1.893/2026) que regulamenta o direito à negociação coletiva no setor público, dando efetividade à Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que, embora já ratificada pelo Brasil, a norma ainda carece de regulamentação, o que limita sua aplicação prática.

A proposta estabelece a obrigatoriedade de negociação das relações de trabalho nos diferentes níveis da administração pública, criando mecanismos institucionais como mesas permanentes de

negociação, mediação e processos de solução negociada de conflitos. Além disso, assegura o direito de organização sindical e fortalece a representação dos trabalhadores no setor público, ampliando as condições para a atuação coletiva. A regulamentação da negociação no setor público e de sua representação sindical é reivindicação antiga e de grande importância para o funcionalismo público. Trata-se de um avanço relevante na institucionalização do diálogo social, ao transformar a negociação de uma prática dependente da disposição governamental em um direito estruturado.

Ao mesmo tempo, o projeto integra um conjunto mais amplo de medidas pactuadas com as centrais sindicais, sinalizando a retomada do papel do Estado na mediação das relações de trabalho e na construção de mecanismos mais equilibrados de regulação.

Em 2025 foram mais de 7.000 atendimentos registrados pelo Sindicato

Os benefícios oferecidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Piracicaba e Região são disponibilizados aos associados e seus dependentes, garantindo acesso a uma ampla rede de serviços essenciais.

enquanto os atendimentos médicos, incluindo a nova gestão do ambulatório, somaram 1.340.

Além dos atendimentos na área da saúde, a entidade também disponibiliza uma série de outros benefícios aos associados, como cortes de cabelos, plano funerário pela Abil Grupo Unidas, acesso ao TotalPass (academias), colônias de férias, entre diversos serviços.

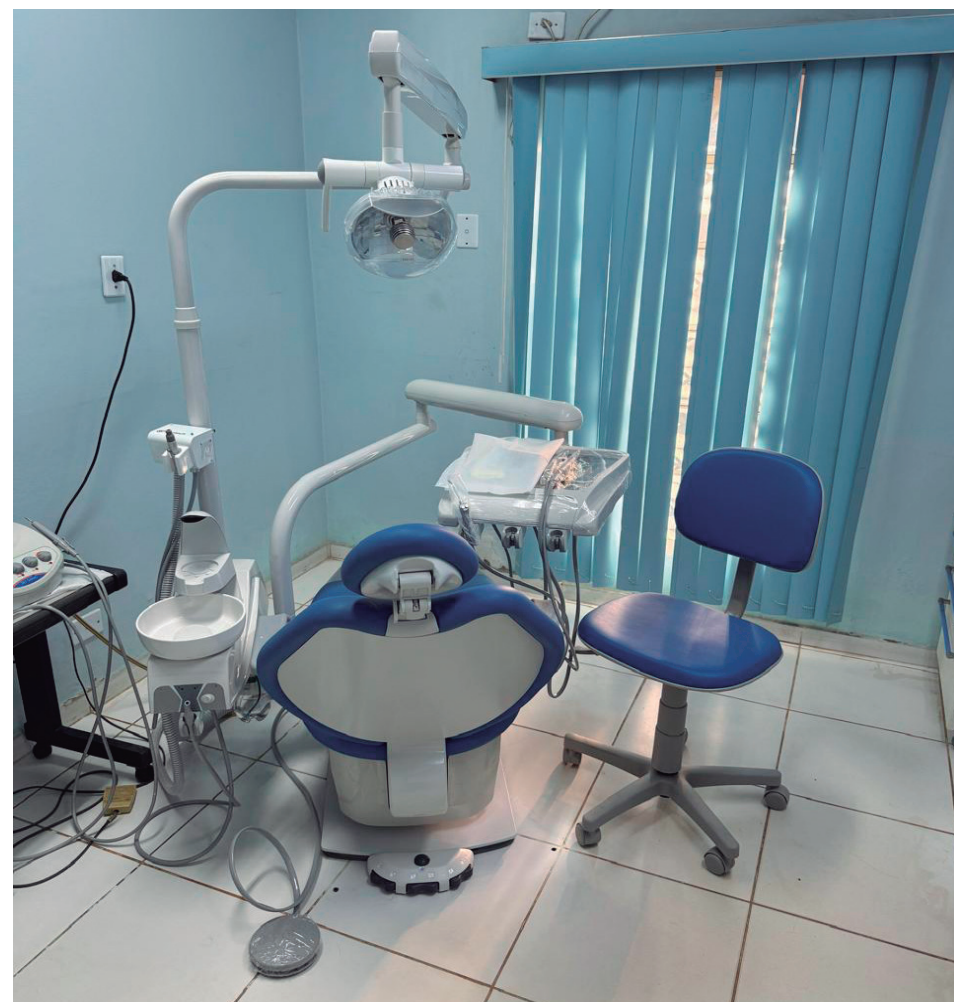
Para se ter uma ideia do alcance dessas ações, apenas em 2025 foram realizados 1.618 cortes de cabelo gratuitos, entre atendimentos masculinos e femininos, nas unidades de Piracicaba e São Pedro, reforçando o compromisso com o bem-estar e a qualidade de vida dos associados.

Esses números evidenciam a alta procura pelos serviços oferecidos e reforçam a importância da assistência à saúde disponibilizada pelo Sindicato para seus associados e dependentes.

Novos equipamentos dos consultórios odontológicos

O Sindicato dos Municipais está investindo em melhorias nos consultórios odontológicos com o objetivo de ampliar e qualificar o atendimento aos associados. A iniciativa busca oferecer um espaço com melhor infraestrutura, garantindo mais conforto e segurança tanto para os profissionais quanto para os pacientes.

Foram duas cadeiras com equipamento completo odontológico para compor os



Foram adquiridos duas cadeiras com equipamentos completos e todos os instrumentais odontológicos para compor os dois novos consultórios.

dois consultórios, uma autoclave para central de esterilização (equipamento fundamental para a esterilização de instrumentos e materiais da área da saúde) e, um novo aparelho de RX.

"A entidade está sempre pensando no melhor para os associados, que

procuram esses atendimentos para toda a família.

Além dos equipamentos, os profissionais são de excelência e a cobertura abrange outros consultórios na cidade", destacou José Valdir Sgrignero, presidente.



Na área da saúde, os atendimentos são realizados por meio do SIND+ (Sistema Integrado dos Municipais), que conta com profissionais especializados em acupuntura, fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, psicologia, psicanálise e odontologia. Além disso, o Centro Clínico oferece consultas em diversas especialidades, como ginecologia, clínica médica, pediatria, cardiologia, ortopedia, geriatria e psiquiatria.

No período de janeiro a dezembro de 2025, o SIND+ registrou 7.153 atendimentos. O plano odontológico contabilizou 7.040 atendimentos,

Servidores de São Pedro aprovam reajuste salarial e benefícios



Os servidores municipais de São Pedro aprovaram, em assembleia geral realizada no dia 18 de março, na subsede do Sindicato, a contraproposta de reajuste salarial e de benefícios apresentada pela Prefeitura. A decisão foi tomada após debate entre os trabalhadores e representantes sindicais.

A contraproposta prevê recomposição inflacionária de 3,81%, correspondente à variação do IPCA/IBGE entre março de 2025 e fevereiro de 2026. O índice será aplicado aos salários de março,

com pagamento previsto para o mês de abril. Além da reposição inflacionária, os servidores também terão ganho real de 1,19%, que será incorporado aos vencimentos no mesmo período, perfazendo um total de reajuste de 5%.

Outro ponto aprovado pelos trabalhadores foi o reajuste do vale-alimentação, que de R\$ 700,00 passará a ser de R\$ 850,00 mensais.

A assembleia também foi informada que a proposta de descongelamento dos pagamentos retroativos de

vantagens funcionais e seus reflexos aos servidores efetivos das administrações direta e indireta do município já será implementada. A medida segue o que determina o artigo 8º-A da Lei Complementar nº 173/2020 e representa um montante de R\$ 2,58 milhões a ser pago aos trabalhadores.

A diretoria do sindicato, ainda permanece em discussão com a administração municipal, a unificação dos valores das diárias pagas aos motoristas, tema que deverá ser definido em momento

posterior. Destacando que aprovação da proposta representa um avanço nas negociações salariais deste ano, embora alguns pontos ainda dependam de deliberação final por parte do Executivo municipal.

A dirigente Maria José da Silva entregou ofício da decisão da assembleia em mãos ao prefeito Thiago Silvério da Silva, em seu gabinete. Estavam presentes também, o vereador Cláudio Ramos e Ariane Silva.

Servidores de Saltinho aprovam proposta de reajuste salarial

Servidores de Saltinho aprovam contraproposta apresentada pela Administração Municipal. "O Sindicato dos Municipais de Piracicaba e Região realizou, em 27 de fevereiro, a segunda Assembleia Geral dos servidores municipais de Saltinho, com o objetivo de deliberar sobre a contraproposta de reposição salarial apresentada pela Administração Municipal." "Após a leitura da proposta pelo diretor José Osmir Bertazzoni, os servidores presentes analisaram e debateram



os termos apresentados, deliberando pela aprovação dos seguintes itens: reposição salarial de 4,62%; reajuste do vale-alimentação para R\$ 1.100,00; regulamentação, por meio de lei municipal, do pagamento dos valores atrasados; e ajustes na Lei do Descongelamento.

A condução dos trabalhos ficou a cargo dos dirigentes sindicais José Alexandre Pereira, José Osmir Bertazzoni e Elisangela Camilli.

Águas de São Pedro

Sindicato luta por valorização; reajuste fica só na inflação

Após as negociações da Campanha Salarial 2026 dos servidores de Águas de São Pedro, o Sindicato atuou de forma firme e representativa na defesa dos direitos da categoria, buscando

garantir avanços reais nas condições salariais e nos benefícios.

Como resultado das tratativas, a Administração Municipal encaminhou à Câmara o Projeto de Lei nº 17/2026, que dispõe sobre o reajuste salarial dos trabalhadores. A proposta do Executivo

prevê a reposição inflacionária de 3,81%, com base no IPCA-IBGE, referente ao período dos últimos 12 meses até fevereiro de 2026.

De acordo com o Projeto de Lei, ficam excluídos do reajuste os servidores das classes do magistério, enfermeiros,

técnico e auxiliar de enfermagem, além dos agentes comunitários de saúde, uma vez que esses profissionais já recebem o piso nacional da categoria, devidamente reajustado.

O Sindicato segue acompanhando a tramitação e permanece mobilizado.

Três mil servidores vão as urnas, aprovam contraproposta e rejeitam greve



A assembleia registrou ampla participação dos servidores, resultado do esforço da diretoria em levar a votação até os locais de trabalho, garantindo que a participação fosse democrática e ampliando o acesso ao voto ao maior número possível de servidores.

Ao todo, foram contabilizados 2.886 votos, o que representa aproximadamente 40% dos servidores decidindo sobre a negociação com a administração municipal, fato inédito. As opções de voto eram: 1) aprovar a contraproposta da administração; 2) aderir ou não à greve. O resultado foi favorável à aprovação da contraproposta, com rejeição à greve: 1.855 votos "SIM", 965 votos "NÃO", 5 votos nulos e 61 votos em branco.

Além das urnas itinerantes, uma urna fixa permaneceu disponível na sede do Sindicato até às 19h, atendendo servidores que não puderam participar durante o

expediente. A apuração dos votos ocorreu na sexta-feira (17), às 20h, na sede da entidade.

O processo de apuração contou com a presença de dirigentes da Confederação dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, além de representantes da Confederação Nacional, servidores da ativa e aposentados e membros da diretoria do Sindicato.

Os servidores já receberam o reajuste salarial nos vencimentos deste mês, conforme estabelecido no acordo aprovado. O Sindicato atuou com responsabilidade e empenho durante todo o processo de negociação, buscando avanços reais para a categoria. No entanto, a proposta ficou aquém do esperado pelos trabalhadores, evidenciando a falta de maior valorização por parte do prefeito.

Para o diretor do Sindicato, José Osmir Bertazzoni, o momento reforça a importância da participação democrática da categoria.

A assembleia setorial promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Piracicaba e Região, realizada entre os dias 13 e 17 de abril, aprovou a nova contraproposta apresentada pela administração municipal. O acordo prevê recomposição inflacionária de 4%, reajuste de 25,93% no vale-alimentação, que passa de R\$ 270 para R\$ 340, e aumento de 50% no vale café da manhã, de R\$ 40 para R\$ 60.

A proposta contempla a recomposição Pós-Congelamento, estabelecida pela Lei Complementar 226/2026, comprometendo-se a proceder à recontagem dos 583 dias suspensos durante a pandemia para contagem na progressão na carreira e benefícios temporais, com pagamento a partir de abril de 2026, além da continuidade do diálogo sobre as demais demandas da categoria.

Aposentadoria é marcada por emoção, reconhecimento e sentimento de justiça



31 de março de 2026 marcou a tão aguardada concessão de aposentadoria do servidor da Guarda Civil, William DeLima

O dia 31 de março de 2026 marcou a tão aguardada concessão de aposentadoria do servidor da Guarda Civil, William DeLima, que desta vez participou da cerimônia como recém-aposentado. Foram 24 anos de espera por essa conquista mais do que merecida.

Como forma de homenagem, o advogado José Osmir Bertazzoni, representando o Sindicato dos Municipais, onde DeLima atua como diretor de comunicação, realizou a entrega de uma bandeira oficial de Piracicaba, assinada por colegas da Guarda Civil que tiveram a oportunidade de conhecê-lo e atuar ao seu lado. Emocionado, Bertazzoni relembrou um dos momentos mais marcantes e difíceis da trajetória de DeLima: a tragédia ocorrida em 2001, quando,

durante uma operação, ele foi vítima de uma emboscada ao lado de seu amigo França, que infelizmente faleceu no local. DeLima foi atingido por 13 tiros e permaneceu internado por meses, passando por diversas cirurgias e um longo processo de reabilitação para retomar sua rotina. No entanto, as sequelas permanentes o impediram de retornar à corporação.

“Os 13 tiros quase fatais o afastaram das ruas, mas permitiram que ele continuasse contribuindo com esta entidade, sempre em prol da cidade e dos colegas servidores públicos municipais. Esta bandeira é um reconhecimento à bravura do nosso amigo DeLima”, disse Bertazzoni.

Ao falar sobre a aposentadoria, DeLima destacou que o sentimento que carrega é de justiça: “em várias oportunidades

estive do outro lado, acompanhando, registrando e participando das concessões pelo Sindicato. Em cada ocasião, tinha uma visão diferente. Hoje, pela primeira vez, sou eu quem recebe esse benefício, e o meu sentimento é de justiça. Independentemente da forma, seja por contribuição, idade ou, como no meu caso, por motivos de força maior, a aposentadoria representa sempre a concretização de um direito. Depois de 24 anos, finalmente sinto que a justiça foi feita”.

DeLima, celebrou esse momento cercado de carinho, respeito e admiração com a presença de pessoas especiais, sua esposa Edmari, seus filhos Cristiam e Winny. Estavam presentes também, as dirigentes do Sindicato dos Municipais Lia Camilli e Samantha Maniero; o

advogado Giovanni Bertazzoni; os diretores da Asapp, Carmem Carlet e Cláudio Bertazzoni; o presidente do Ipass, Carlinhos Schiavon e a servidora do Ipass, Ilma Araújo.

Delima, iniciou na corporação em 1998, e desde então é sócio do Sindicato dos Municipais e como diretor participou das lutas e greves da entidade. Ele foi também presidente do SindGuarda.

Sua trajetória, marcada por coragem, superação e profunda dedicação ao serviço público, construiu um legado inspirador para todos que tiveram o privilégio de conhecê-lo e compartilhar sua caminhada. A aposentadoria, mais do que um direito conquistado, representa o justo reconhecimento de uma vida pautada pela luta, pelo compromisso e pela dignidade.

GCM's de São Pedro voltam a receber o RET

Após decisão liminar do Tribunal de Justiça de São Paulo que apontou a inconstitucionalidade da forma como vinha sendo aplicado, por meio de lei municipal, o pagamento do Regime Especial de Trabalho (RET) destinado aos guardas municipais da São Pedro, o sindicato da categoria realizou diversas reuniões com os agentes da Guarda Civil Municipal e com o prefeito Thiago Silva.

Além do diálogo institucional, a entidade também ingressou na ação judicial na condição de "amicus curiae", com o objetivo de contribuir para a construção de uma solução jurídica para o impasse.

No dia 11 de março, na sede do sindicato em São Pedro, foi realizada nova reunião com os guardas civis municipais, que compõem a Polícia Municipal, para informar que o RET foi corrigido por meio de Lei Complementar Municipal.

Participaram do encontro o advogado José Osmir Bertazzoni, a diretora regional de São Pedro,



Maria José da Silva, e o diretor Leandro Guedes de Oliveira, além de integrantes da Guarda Civil Municipal.

Durante a reunião, os representantes do sindicato informaram aos servidores que a Lei Complementar nº 231, de 19 de dezembro de 2025, que altera a Lei Complementar nº 193, de 12 de julho de 2022, já está em vigor. A nova legislação passa a incluir, no

Regime Especial de Trabalho, o adicional de periculosidade. O valor já foi pago neste mês e será aplicado de forma retroativa a fevereiro.

Na ocasião, Bertazzoni afirmou aos presentes que ainda há avanços a serem conquistados, mas destacou que o sindicato seguirá atuando de forma coerente, transparente e responsável na defesa dos interesses de toda a categoria.



Expediente

O Jornal "O Movimento" é impresso pelas gráficas de A Tribuna Piracicabana sob a direção do Jornalista Evaldo Vicente.

Jornalistas responsáveis:

José Osmir Bertazzoni

MTb 33.007

Marilia Ferreira

MTb 43.137

Presidente do Sindicato: **José Valdir Sgrigneiro**

Diretor de Comunicação: **William Cândido DeLima**

Diretora: **Renata Perazoli**

Fotógrafo: **Dario Banzatto**

Prefeitura mantém jornada de 30 horas dos zeladores



O Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Piracicaba e região informa que, após o envio de ofício à Secretaria de Educação no dia 16 de abril, questionando a redução da jornada de trabalho, recebeu resposta oficial da pasta.

Em documento datado em 17/04, a Secretaria afirmou que a jornada de 44 para 30 horas semanais para os serviços de zeladoria foi definida com base em critérios técnicos,

como o tamanho das escolas, o fluxo de pessoas e o nível de demanda. Segundo o órgão, essa carga horária é suficiente em determinadas unidades e não há registros formais de prejuízo na qualidade dos serviços prestados. A Secretaria também destacou que casos pontuais não refletem a realidade de toda a rede, que, segue operando dentro dos padrões esperados. Informou ainda que

escolas com maior demanda continuam contando com jornadas ampliadas.

Por fim, a pasta ressaltou que realiza monitoramento contínuo das unidades e que as sugestões encaminhadas serão consideradas em futuras reavaliações, caso necessário.

Sindicato alerta para risco em escolas após redução da jornada de zeladores

A diretoria preocupada com a situação da zeladoria nas escolas municipais após mudanças no modelo de contratação adotado pela Prefeitura de Piracicaba, encaminhou ofício à secretaria de educação questionando a pasta sobre quais as medidas serão tomadas para garantir a segurança e o pleno funcionamento das unidades escolares, com o horário dos zeladores reduzidos, de 44 horas semanais para 30 horas semanais.

De acordo com os relatos dos servidores, a orientação repassada às unidades é que cada escola se organize diante da nova carga horária. Para a diretoria do Sindicato, essa mudança pode gerar impactos diretos na rotina e, principalmente, na segurança das escolas, pois tanto os servidores como os alunos ficarão vulneráveis.

"A redução da jornada pode deixar a portaria descoberta em determinados períodos, o que aumenta o risco de saída de alunos desacompanhados e a entrada de pessoas estranhas nas unidades escolares", destacou. Diante da situação, os dirigentes ressaltaram que seguirão atuando com comprometimento na fiscalização e estão atentos para quaisquer situações que afetem a segurança dos servidores.

Sindicato denuncia terceirização do Laboratório Municipal ao MPT

O departamento jurídico do Sindicato dos Municipais apresentou um aditamento de denúncia ao Ministério Público do Trabalho, questionando o processo de terceirização do Laboratório Municipal de Piracicaba, feita pela Prefeitura de Piracicaba. O documento menciona a terceirização dos serviços laboratoriais, especialmente por meio de consórcios CISMETRO, com a contratação de trabalhadores sem concurso público, o que levanta suspeitas, conformes relatos de servidores, de substituição indireta de servidores concursados.

A saúde pública de Piracicaba, nas últimas gestões, tem enfrentado um processo preocupante de desmonte, especialmente com a ampliação da terceirização de serviços. Um dos principais exemplos é o Laboratório Municipal, patrimônio do município, que atua desde a década de 70 e se consolidou como referência estadual.

O documento também aponta indícios de desvio de função, com técnicos concursados sendo deslocados para atividades administrativas, o que pode comprometer a qualidade do serviço prestado à população.

Atualmente, o laboratório é responsável por cerca de 200 mil exames mensais, atendendo grande parte da rede municipal de saúde, com profissionais altamente qualificados por meio de concurso público. Apesar disso, sua estrutura vem sendo impactada por mudanças na gestão.

As consequências são, precarização das relações de trabalho, perda de qualidade técnica, redução da estabilidade dos trabalhadores e até a ocorrência de "quarteirização" irregular dos serviços.

A denúncia sustenta que estas práticas podem violar o princípio do

concurso público previsto na Constituição Federal, além de contrariar entendimentos consolidados do STF e do TST sobre terceirização e desvio de função.

Desta forma, o departamento jurídico da entidade solicitou ao Ministério Público do Trabalho a investigação dos fatos, a apuração de eventuais irregularidades, a requisição de informações à prefeitura, a fiscalização das condições de trabalho e a adoção das medidas cabíveis.

Também requer o encaminhamento do caso à Gerência Regional do Trabalho.

Servidores cedidos pela prefeitura passam a receber o VA

Atendendo às reivindicações da categoria, a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Piracicaba e Região encaminhou, no dia 17 de março, documentação ao prefeito Hélio Zanatta solicitando a extensão do vale alimentação e do vale café da manhã aos servidores municipais que estão cedidos a outros órgãos ou entidades dos

Poderes da União, Estados, Distrito Federal e a outros municípios.

A demanda surgiu após o sindicato receber reclamações de sete servidores que, mesmo pertencendo ao quadro da Prefeitura de Piracicaba, não estavam sendo contemplados com os benefícios devido à condição de cessão. Diante disso, a entidade buscou a correção

da situação, defendendo a isonomia de direitos entre todos os trabalhadores municipais.

O Projeto de Lei que trata da ampliação desses benefícios foi discutido durante a reunião ordinária da Câmara Municipal no dia 23 de abril, sendo aprovado pelos vereadores. Com a medida, a administração municipal passa a

assegurar que os auxílios sejam concedidos também aos servidores cedidos, garantindo mais equidade e valorização da categoria.

Acesse o site do Sindicato para conferir o Projeto de Lei nº 10.363 (alteração do PL 084/2026), no inciso II do art. 4º.

(www.smunicipais.org.br)

Câmara aprecia proposta para garantir cesta básica aos aposentados

A Câmara Municipal deu entrada, durante reunião extraordinária realizada no dia 23 de abril, em um Projeto de Emenda à Lei Orgânica, que tem como objetivo garantir a concessão de cestas básicas para aposentados e pensionistas do município. A iniciativa foi elaborada pelo departamento jurídico do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Piracicaba e região. O texto aprovado prevê a inclusão do artigo 72-A na legislação municipal, classificando o benefício como verba de caráter social e não indenizatório. Na prática, a medida busca garantir segurança jurídica à concessão da cesta básica, afastando interpretações de que se trata de privilégio ou vantagem indevida. O objetivo é promover justiça social e valorizar servidores, especialmente aqueles que possuem salários mais baixos. O projeto foi protocolado com a assinatura de todos os vereadores e agora seguirá para tramitação no Legislativo. A expectativa é de que a matéria seja incluída na pauta da próxima sessão para primeira votação. Após essa etapa, será respeitado um interstício de aproximadamente 10 dias, conforme o regimento interno, para então ocorrer a segunda discussão e votação.

No último dia 16 de abril, o Tribunal de Justiça de São Paulo concedeu liminar suspendendo os efeitos do artigo 6º da Lei Municipal nº 10.363, de

16 de dezembro de 2025, de autoria do prefeito Hélio Zanatta, que autorizava o benefício da cesta básica aos aposentados e pensionistas. A decisão levou à necessidade de reformulação da proposta, agora apresentada como emenda à Lei Orgânica do Município.

A cesta básica da categoria foi instituída pela Lei Municipal nº 3.381, de 25 de fevereiro de 1992, sancionada pelo prefeito José Machado, que autorizou a administração direta, autárquica e fundacional a conceder mensalmente cesta básica aos aposentados e pensionistas.

Na época, a administração acatou um pedido do Sindicato dos Municipais, juntamente com a Asapp (Associação dos Servidores Aposentados e Pensionistas da Prefeitura de Piracicaba), durante as negociações salariais, que tinha também como pauta, a concessão da cesta à categoria. Na noite de ontem, durante as reuniões extraordinárias da Câmara Municipal, o dirigente do Sindicato, José Osmir Bertazzoni que esteve como orador na Tribuna, falou que os aposentados não podem ficar sem este benefício. "Muitos aposentados recebem salários entre R\$ 2.000 e R\$ 3.000 e, agora, com a suspensão da cesta, não conseguirão se manter, já que muitos estão endividados, com empréstimos ou pagando aluguel".



Entre no nosso **GRUPO**
de **INFORMAÇÕES**



Fique por dentro das notícias do Sindicato!

CHAMA
NO
ZAP

Salve o número

(19) 99705-8280